Direito à cidade: Ações de ATHIS pelo CAU/SP

Após 13 anos da sanção da Lei nº 11.888/08, os grandes desafios persistem. Confira nas próximas páginas as ações do CAU/SP voltadas para o fomento da ATHIS no Estado

Por Comissão de Athis (CATHIS)

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) tem se destacado cada vez mais como atuação em Arquitetura e Urbanismo. Promulgada em 2008, a Lei 11.888 (Lei de ATHIS) garante às famílias de baixa renda serviços gratuitos dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia para construção, reforma e regularização fundiária de suas moradias. Desde que a lei foi sancionada, são buscados meios de tornar esse direito uma realidade. Após 13 anos, poucas são as prefeituras que regulamentaram a normativa e construíram políticas públicas baseadas na Lei nº 11.888/08, conforme mapeamento recente realizado pelo CAU/BR (Mapa da Arquitetura Social).

O CAU busca concretizar ações em ATHIS como campo de atuação dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, fazendo cumprir a função social da profissão. Em 2016, o CAU/BR deliberou em plenária que 2% das receitas de arrecadação do Conselho deveriam ser destinadas para ações de apoio à ATHIS. Desde então, as Unidades Federativas do CAU passaram a se articular para realizar ações diversas, como eventos, cursos, lançamento de editais, parcerias com entes públicos, dentre outras iniciativas.

Imagens: Mariana Costa Maia Silveira. Produção fotográfica do projeto "BELA VISTA: Reflexos da Resistência" (Santos/SP), a partir de proposta do Instituto Procomum, que firmou parceria de fomento com o CAU/SP para a capacitação de arquitetos e urbanistas em tecnologias sociais para ATHIS.

Crédito: Mariana Costa Maia Silveira

Para consolidar a importância da promoção de ATHIS entre as políticas do CAU/SP, foi aprovada, em plenária, em março de 2021, a criação da Comissão Especial de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (CATHIS), de caráter permanente, com o objetivo de construir ações focadas na atuação do Conselho a longo prazo.

Mas qual o papel do CAU em meio a tudo isso? É parte da missão do CAU/SP garantir o acesso à Arquitetura e Urbanismo para todos os segmentos da sociedade e é dever dos profissionais defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, à promoção da justiça e inclusão social e às políticas urbanas.

Entendendo a importância da Assistência Técnica pública e gratuita e a necessidade de mais profissionais capacitados atuando na área, a CATHIS CAU/SP realiza suas atividades por meio de quatro principais projetos: a publicação de editais de fomento para ações de projeto, formação técnica e prática para profissionais; o mapeamento das iniciativas realizadas no estado, por meio dos diversos agentes que atuam na área da Habitação de Interesse Social; a divulgação do tema, com o objetivo de difundir ATHIS em todo o território paulista; e uma agenda propositiva, para que governantes promovam políticas participativas e que garantam o direito à moradia digna em todo o território paulista.

Precursores

No contexto da intensa urbanização das cidades brasileiras ao longo das décadas de 1960 e 1970, que acentuou as precariedades habitacionais e a falta de acesso à infraestrutura urbana para as famílias de baixa renda, surgiram os grupos de assessorias técnicas no Estado de São Paulo. Em parceria com os movimentos sociais de luta por moradia, deram início ao enfrentamento da falta de acesso à terra e à moradia por meio de ações conjuntas nas periferias das cidades.

Algumas dessas iniciativas apresentaram alternativas concretas ao modelo de produção habitacional oferecido pelos governos da ditadura, marcados

pela falta de participação popular e de qualidade técnica, localizados nas áreas periféricas da cidade, sem infraestrutura e serviços adequados. É o caso da criação da Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP), assim como do Laboratório de Habitação (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes, iniciativas que surgiram nos anos 1970 e 1980 para prestar Assistência Técnica aos movimentos de moradia e organizações comunitárias.

Essas experiências levaram à formulação de importantes políticas públicas na esfera da habitação social, sobretudo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, período em foi implementado o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão, com objetivo de fortalecer a participação da população na gestão de políticas sociais. O arquiteto e urbanista Ricardo Gaboni, responsável pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura, afirma que esses processos atraíram muitos profissionais para a área de habitação. *"Hoje é possível dizer que o trabalho com habitação social é o trabalho que muita gente escolheu para viver. Esse é o caminho profissional que muitos arquitetos e urbanistas escolhem e podem trabalhar com habitação social a vida inteira"*, afirma o arquiteto.

Para Gaboni, há uma diferença entre a concepção do trabalho das assessorias técnicas e aquele empregado comumente na produção de moradia popular: *"Como os processos começam com as famílias, os resultados são completamente diferentes; o projeto não é feito para a obra: ele é feito para a vida depois da obra."*

A forma de trabalho das assessorias acabou consolidando uma atuação profissional que atende grupos coletivos, que preza pelo processo participativo de projeto e de obra e que influi positivamente na formulação de políticas públicas municipais. Atualmente, novos grupos vêm se organizando,

Crédito: Mariana Costa Maia Silveira

ampliando as possibilidades de parcerias com o CAU/SP na realização de ações pelo território.

ATHIS como política de Estado

A pandemia escancarou os problemas estruturais das cidades e a preocupação com as condições sanitárias que muito contribuem com sua disseminação. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2019, o déficit de habitações no Brasil cresceu 7% num período de 10 anos, chegando a 7,78 milhões de unidades, sendo 1,8 milhões no Estado de São Paulo. Ainda segundo dados do IBGE, 3,5 milhões de brasileiros vivem em habitações sem banheiro.

Por ser pública, gratuita e um direito, é primordial que a Assistência Técnica seja viabilizada por meio da implementação de políticas públicas. Como autarquia federal, o CAU tem um importante papel na defesa da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado, com a visão de transformar as diretrizes da política urbana, que envolvem os planos de habitação, saneamento, mobilidade, ambiental etc. Além disso, deve valorizar a Arquitetura e Urbanismo como carreira de Estado, ação fundamental para garantir o cumprimento das nossas legislações e o acesso à Arquitetura e Urbanismo para toda população.

De acordo com o arquiteto e urbanista, professor da FAUUSP, Nabil Bonduki, só a lei não basta para se ter um programa de Assistência Técnica. *"A lei cria condições legais para que os governos promovam esses programas, que são muito necessários. Mas os governos precisam ter vontade política para criar. E a Assistência Técnica não pode estar desvinculada de uma política habitacional, ela não é uma coisa isolada, precisa ser um dos instrumentos de uma política habitacional articulada a um programa de melhoria das unidades habitacionais existentes ou de produção de unidades novas"*, explica.

Constituição de um campo profissional no interior do Estado de São Paulo – Ocupação Jardim Esperança (Araras/SP).
Crédito: Reprodução.

"É necessário que seja um programa de Estado, que tenha continuidade, disponha de recursos permanentes e esteja vinculado a uma ação em determinada área, na qual vai se realizar uma intervenção pública significativa. O nosso grande desafio agora é formular e implementar uma política habitacional em que a Assistência Técnica seja estratégica", completa Bonduki.

Para a arquiteta e urbanista e professora da FAUUSP Ermínia Maricato, é de extrema importância encarar a precariedade da moradia como uma regra e não como exceção. *"Falamos de habitação de interesse social como algo residual. Antes de mais nada é importante esclarecer que, quando tratamos dessa questão, estamos falando das condições de habitação da maior parte dos brasileiros, que são excluídos das políticas públicas e do mercado"*, defende.

Maricato também aponta as contradições acerca do tema e ressalta as iniciativas do CAU/SP.

"Hoje, 600 mil pessoas moram ilegalmente em áreas de proteção de mananciais. Estas são áreas de proteção ambiental e isso não comove ninguém. Precisamos defender nossa represa, não precisamos defender um prédio vazio no centro da cidade que muito deve ao Estado e não cumpre a função social da propriedade prevista na Constituição. E a população que ocupa um prédio desses é criminalizada. A falta de informação e de conhecimento deixa a sociedade refém de interesses menores, de interesses de alguns. E o conhecimento é fundamental para a democracia.

Canteiro-escola Autogestionário Rosa Luxemburgo: Formação Teórica e Prática em Athis / Peabiru em Agudos/SP.

Crédito: Peabiru.

Por isso é muito importante o que o CAU/SP está fazendo", esclarece.

Além da esfera pública, importa ressaltar que a Lei de ATHIS também contribui para alavancar iniciativas na área do ensino e formação. Como observa a professora doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ângela Gordilho, a normativa incentivou a criação de projetos extensionistas em diversas universidades e, no âmbito da pós-graduação, o aumento das possibilidades de capacitação técnico-prática, que potencializam importantes avanços sociais.

"A quantidade de profissionais formados frente ao percentual de brasileiros que contratam serviços de Arquitetura e Urbanismo está muito aquém das reais necessidades", diz.

"Para esse enfrentamento, a regulamentação da Lei de ATHIS como política pública é fundamental. Dentre as modalidades de atuação, a criação de residências profissionais nos cursos de Arquitetura e Urbanismo - como já ocorre na Medicina – certamente contribui para que seja possível ampliar esse campo de atuação e trazer melhorias socioambientais para as condições de moradia e para o coletivo", explica Ângela.

Poder Público – experiências e ações de ATHIS nas cidades paulistas

Com relação à atuação em ATHIS a partir de iniciativas do poder público, ao longo de 2021 o CAU/SP dialogou com alguns municípios paulistas, em busca de experiências que auxiliassem na aplicação da lei. Entre outros exemplos, a cidade de Limeira foi reconhecida como pioneira no assunto. De acordo com Adriana Meneghin, diretora de desenvolvimento habitacional, e Lucas Endrigo Caetano da Silva, gerente do Setor de Fomento à Habitação, o município já teve algumas experiências em 2003, embora não reconhecidas com esse nome, nas quais houve o atendimento da população por meio de convênio com a Associação dos Engenheiros

e Arquitetos local. Já em 2021 foi aprovada uma legislação municipal específica para regulamentar essa atuação.

A ATHIS em Limeira teve início em 2015, nos empreendimentos promovidos pela própria prefeitura, tornando-se uma ação realmente definitiva a partir de 2017. Dentre as ações se destacam as olarias ecológicas, que permitem a produção de tijolos pelas próprias famílias. A Secretaria de Habitação fornece os insumos (cimento e saibro) e presta o acompanhamento técnico necessário. Os testes de qualidade dos tijolos são feitos pela UNICAMP de Limeira.

O projeto das moradias é elaborado antes do início da produção de tijolos, permitindo assim definir a quantidade necessária. Adriana e Lucas contam que as famílias produzem sempre 15% a mais, para que esse excedente seja mantido como estoque e doado às famílias que não conseguem produzir (idosos, mães solos ou pessoas com deficiência). Há ainda o Banco de Materiais, nos quais o município estoca materiais de construção recolhidos e de doações para distribuir a essas famílias.

Para André Queiroz Guimarães, coordenador de Habitação e Ação Social do município de Louveira, o trabalho está apenas começando. Atualmente, o município está em tratativas para regulamentar a lei federal e, para isso, um primeiro passo já foi dado por meio da formalização de uma parceria com o CAU/SP, no final de fevereiro de 2022, com o objetivo de acompanhar e potencializar a atuação dos profissionais do município.

"Nós fizemos o levantamento desses núcleos informais e, por meio de um único Projeto de

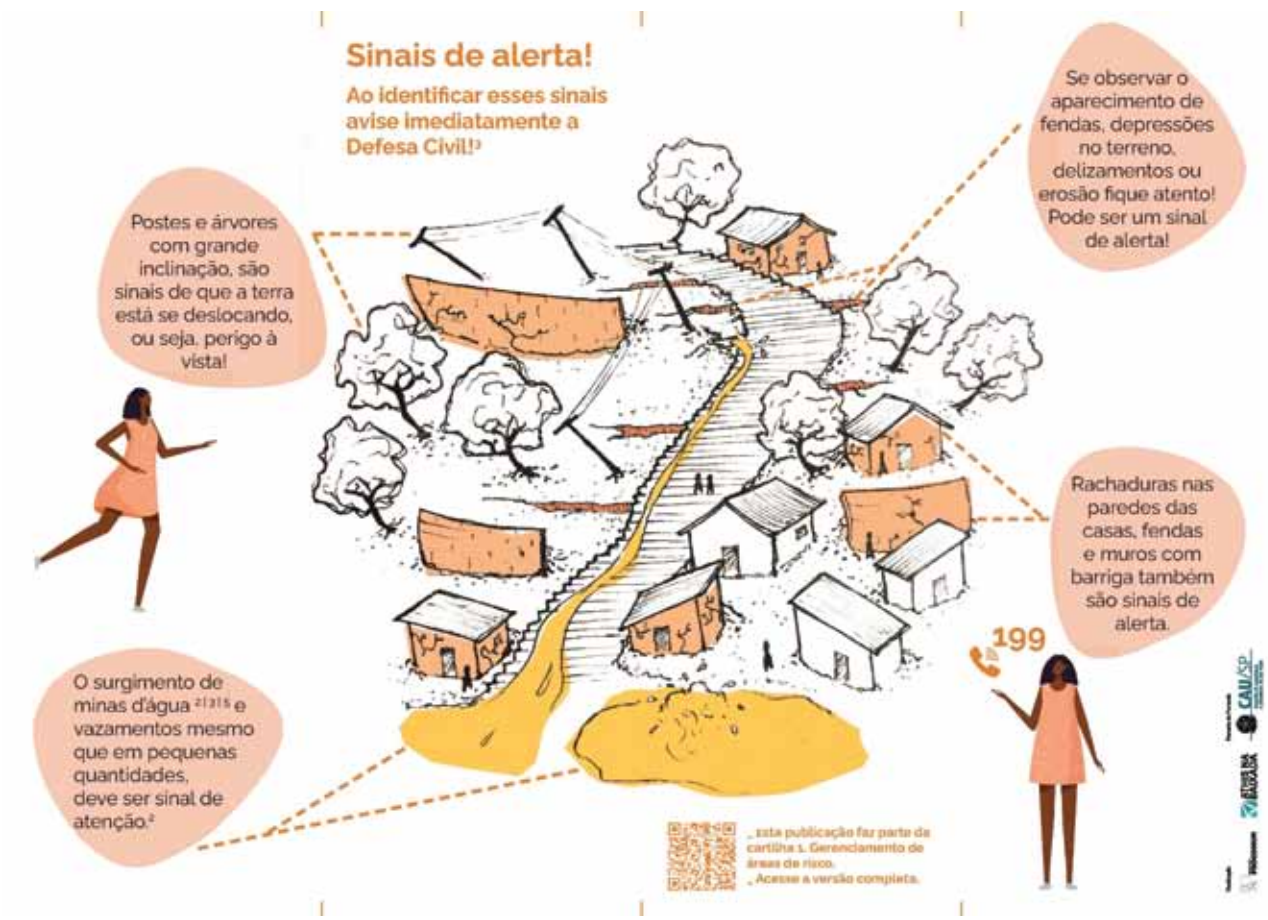

Ilustração da cartilha sobre gerenciamento de área de riscos, projeto do Instituto Procomum. Crédito: Reprodução.

Lei, pretendemos atender às desconformidades em relação aos parâmetros urbanísticos e propor medidas para melhoria habitacional", explica.

Em Taboão da Serra, entre 2005 e 2012, foram realizadas experiências locais de melhorias habitacionais muito bem-sucedidas, que contaram com o fomento a ações de assessorias técnicas e a relação com os movimentos locais, de acordo com Rayssa Cortez, arquiteta e diretora do Departamento de Habitação do município.

Atualmente, embora haja uma grande demanda, faltam possibilidades e capacidade financeira para atender às famílias em situação de precariedade habitacional. "No caso de Taboão da Serra, há cerca de 10 mil famílias necessitando de algum tipo de melhoria habitacional ou fundiária", completa Rayssa.

Claudia Bastos, arquiteta e urbanista da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de Diadema, relata que a experiência em ATHIS no município está vinculada às melhorias habitacionais. Tudo começou em 2005, com o "Programa Tá Bonito", a partir do qual foram realizadas reformas em unidades autoconstruídas para melhorar as questões de salubridade, estabilidade e incluir o núcleo à cidade formal.

No programa, a equipe é multidisciplinar e caminha lado a lado com o trabalho social. A participação comunitária também é um desafio, uma vez que, segundo Claudia, "*as intervenções são mais individualizadas, então cada família está preocupada com a sua casa. É difícil trazer a mobilização popular por trás desse programa; até existe, mas ainda é algo meio frágil.*"

Por fim, o município de Araraquara aprovou recentemente uma lei que regula a questão da ATHIS, com vigência a partir de janeiro de 2022, de acordo com Alcindo Sabino, coordenador de Habitação. *"Assim como os demais municípios paulistas, a população de baixa renda de Araraquara não tem condições*

Reunião na Ocupação Ribeirão Vermelho em Osasco/SP. Crédito: Ambiente - Trabalhos para o Meio Ambiente

de melhorar suas precárias moradias com recursos próprios."

Segundo Alcindo, com a aprovação da Lei de ATHIS o município também pretende promover melhorias urbanas em alguns bairros da cidade: *"isso está sendo muito novo para a gente. O que me parece é que são poucas cidades com uma lei regularizada ou aprovada. Então, a gente está buscando algumas experiências, sempre em consulta com o CAU/SP."*

Uma pesquisa que ouviu 2.419 pessoas em todo o Brasil, realizada em 2015 pelo CAU/BR e pelo Instituto Datafolha, apontou que poucos brasileiros contratam profissionais da Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia; 85,4% das reformas ou de construções de moradias particulares foram feitas sem assistência de um profissional especializado. Assim, um dos objetivos do Plano de Trabalho da CATHIS CAU/SP é atuar junto aos municípios paulistas, trocando experiências e auxiliando na efetiva implementação da Assistência Técnica no Estado.

CAU/SP em parceria com as Organizações da Sociedade Civil

Em 2021, o CAU/SP concretizou, por meio do Chamamento Público nº 006/2020, 16 parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujos resultados foram apresentados no **I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS: experiências e formação com apoio do CAU/SP**, nos dias 26

Comunidade Portelinha: registro de atividades de campo. Crédito: Reprodução.

Imagens: Projeto "Ocupas Centro" – Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitualidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo. Crédito: Peabiru.

e 27 de novembro, fomentando o debate e compreendendo os avanços, desafios e perspectivas para o futuro dessa prática.

Apesar das dificuldades para realização dos trabalhos de campo e das reuniões presenciais com as comunidades, devido às medidas de restrições por conta da pandemia de Covid-19, os projetos foram concluídos e trouxeram importantes avanços no fortalecimento de ferramentas de ATHIS, garantindo aproximação com o poder público e promovendo projetos para melhorias ou construções de habitação, reurbanização e regularização de unidades habitacionais. Entre os 16 Termos de Fomento, 10 se caracterizaram pela realização de projetos e seis por ações de capacitação e formação em ATHIS.

O projeto "Mãos e Coração para Mudar Meu Caminho", do Espaço Infantil Corrente do Bem, propôs buscar soluções de moradia e de espaços comunitários a partir da perspectiva das crianças na Vila Brandinha, em Campinas.

Segundo a arquiteta e urbanista Laís Granato, do Instituto Procomum, para a realização do curso Colaboradora ATHIS, foram desenvolvidas uma metodologia e minuta de lei. "*Nós desenvolvemos alguns manuais para implementação de ATHIS, da captação de recursos até a finalização. Foram três manuais: um para a população, para os profissionais e um para o poder público*". Além da Colaboradora ATHIS, o Instituto Procomum realizou dois Laboratórios de ATHIS: Vila Margarida, em São Vicente, e Bela Vista, em Santos.

Sobre os Laboratórios, Laís destaca que o trabalho continua após a conclusão de cada projeto: "Na Vila Margarida, há vários profissionais que fizeram parte dos Labes e que continuaram trabalhando lá. Isso é muito bom, porque é uma ampliação da rede", explica a arquiteta.

A Associação Projeto Gerações foi contemplada em dois trabalhos: o primeiro, "Capacitação para Projetos e Equipamentos de Apoio e de Moradia de Transição para População em Situação de Rua", foi desenvolvido em parceria com a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo; Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua; Movimento Nacional da População de Rua; Associação Flor do México e Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP).

Foram 191 participantes em oito municípios paulistas. Da iniciativa, resultaram as propostas de criação de um Centro Pop em Mogi das Cruzes e Ribeirão Preto; de construção de um centro de apoio e camping no Parque Dom Pedro, em São Paulo; de uma república e uma ecovila para materiais recicláveis, em São Vicente; da implantação de um Espaço Plural, com acessos para carriolas de recicláveis e uma sede administrativa, em São Carlos; e realização de mapeamento de áreas para projetos futuros nas cidades de Campinas e São Bernardo do Campo.

"Práticas em ATHIS: constituição de um campo profissional no interior do estado" foi o segundo trabalho da Projeto Gerações, realizado na ocupação Jardim Esperança, em Araras, em parceria com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP) e com a Associação Jardim Esperança.

Os projetos foram apresentados e entregues à Prefeitura e às 52 famílias. Maura Augusta Oliveira, coordenadora geral da FACESP, durante o I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS, conta que "*as oficinas que os arquitetos e arquitetas apresentaram fizeram com que a população se unisse mais. Elas mostraram para aquelas pessoas que era possível sonhar, era possível pensar numa casa que tivesse um sofá. Todo mundo falava: "ai, o meu sofá vai ficar aqui"; "a minha televisão vai ficar ali"; "a minha janela vai ser em tal lugar". Então isso foi um sonho que a gente vai perseguir (...) as oficinas mostraram que isso é possível.*"

Capitaneado pela FIO Assessoria Técnica Popular, braço do Movimento Sem Teto no Centro (MSTC), foi realizado o trabalho "Projeto de ATHIS para Transformação Social e Cultural através de Espaços Comunitários em Assentamentos Habitacionais Vulneráveis localizados em Zonas de Interesse Social". Com a proposta de desenvolver projetos de qualificação para espaços de uso comunitário, por meio de processos coletivos de cooperação que fomentem a organização social local, esse trabalho se deu em cinco assentamentos localizados na região periférica de São Paulo.

Também por meio do MSTC e da FIO, foi desenvolvido o projeto Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS) para Melhorias nas Edificações Ocupadas por Movimentos Sociais de Moradia em São Paulo.

Carmen Silva Ferreira, coordenadora do Movimento, conta que "*nas ocupações, temos problemas estruturais. Os moradores realizam ações – na parte elétrica, hidráulica etc. – nas unidades em que moram e nós precisamos atuar para que estas não os coloquem em risco. Quando se constrói um banheiro, não é simplesmente fechar a parede, encanar e fazer o banheiro. Tem todo um trabalho técnico. Então, o objetivo desse projeto, de parceria com o CAU na Assistência Técnica às moradias das ocupações, foi justamente no sentido de mitigar os riscos. Os prédios das ocupações são quase todos velhos, abandonados, com problemas estruturais e a ATHIS vem para orientar esses moradores para que eles tenham melhor qualidade de vida nesses espaços*", ela esclarece.

> "Quando se constrói um banheiro, não é simplesmente fechar a parede, encanar e fazer o banheiro. Tem todo um trabalho técnico"

Os moradores tiveram acesso ao levantamento de condições de habitabilidade e diagnóstico de riscos, sistematizado em um relatório para defesa jurídica e proposta de plano de ações, além de manuais de orientação de redes elétrica, de arquitetura e uso, de estrutura e hidráulica.

A coordenadora do MSTC explica a luta da entidade para enfrentar as dificuldades de um processo de ocupação. "*Essa parceria com o CAU é muito importante, pois ela legitima as ações e aspirações do movimento*", explica. Carmen Silva diz ainda que as Assessorias Técnicas às ocupações mostram que

Imagens: Canteiro-escola Autogestionário Rosa Luxemburgo: Formação Teórica e Prática em Athis / Peabiru em Agudos/SP. Crédito: Peabiru.

é possível haver um equilíbrio entre os Conselhos, a Academia, o Poder Público e o Movimento Social.

"*Ocupar é um ato político; quando nós ocupamos um prédio, nós não o ocupamos simplesmente para resolver o problema de moradia das pessoas; (...) ocupamos com o objetivo de denunciar a falta efetiva de política pública no âmbito da moradia*", finaliza.

Ainda na linha das ações voltadas às ocupações, a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais desenvolveu o projeto "Ocupa Centro - Assessoria Técnica para Processos de Melhorias dos Edifícios Ocupados" em 6 pontos na área central de São Paulo. O objetivo foi dar legitimidade às ocupações como moradias possíveis e defender a permanência das famílias no centro, trabalho que envolveu diagnósticos, projetos e propostas, mobilização comunitária, apoio jurídico e articulação política, com desenvolvimento de cadernos com recomendações para cada ocupação.

Com foco na regularização fundiária, a Ambiente - Trabalhos para o Meio Ambiente atuou nas ocupações Ribeirão Vermelho e Esperança, em Osasco. A proposta contou com parceria do Escritório Modelo Ático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Colmeia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade

Estadual Paulista em Presidente Prudente; do Movimento Social Luta Popular; da Associação dos Moradores da Ocupação Esperança; e da Associação de Moradores da Ocupação Ribeirão Vermelho.

A equipe se dedicou a soluções para os conflitos fundiários e de melhorias para as condições de habitabilidade das residências. O resultado foi o diagnóstico de condições das habitações, elaboração de um plano de urbanização e cartilhas para orientar práticas de melhoria nas unidades existentes.

"Da moradia ao bairro: qualificação do meio habitado, arquitetura nos pós-ocupação de HIS e as potencialidades da atuação profissional" foi outra oportunidade para a assessoria Ambiente propor projeto e planejamento na entrega da obra de apartamentos de 1.104 famílias do conjunto Aleixo Janet. Como parte do atendimento, foi elaborado relatório individual dos registros, acompanhado de desenhos elaborados pelos arquitetos, incluindo um manual de boas práticas e uma lista de contato de prestadores de serviços.

A Ambiente desenvolveu ainda o curso "Capacitação para Assessoria Técnica na Regularização Fundiária de Interesse Social", que contou com inscritos de 145 cidades, de 22 unidades da federação.

O Instituto Pólis e a Escola da Cidadania realizaram um projeto de formação online, com o curso "ATHIS para o direito à moradia: o papel de profissionais de Arquitetura e Urbanismo em conflitos pela terra", do qual participaram 468 profissionais.

Outro importante projeto foi desenvolvido pela Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado por meio da proposta da "Fábrica de Elementos Pré-moldados Leves para Ações de Assistência Técnica". Em parceria com o Movimento Sem Terra Leste 1, no mutirão Carolina Maria de Jesus, promoveram o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, economia de recursos e otimização, ao projetar peças e estudar a viabilidade de implantação no terreno.

A Usina também organizou um curso e um seminário chamados "Mutirão e ATHIS: práticas coletivas de produção de habitação social", voltados para formação de profissionais a partir de experiências práticas. O curso tratou sobre terra, tecnologia e projeto, políticas públicas, financiamentos, obras e gestão. O seminário, por sua vez, foi constituído de mesas para debater temas mais amplos ligados à cidade e à sociedade: gênero, raça, pandemia, experiências latino-americanas e contou com 213 inscritos dos quais 60% eram de São Paulo (capital e interior) e os demais de outros 10 estados.

Os relatos desses 16 projetos são muito significativos quanto à importância da atuação e fomento das ações voltadas à ATHIS. Em 2021 o CAU/SP realizou o Chamamento Público nº 003/2021, por meio do qual seis OSCs foram contempladas para realizar projetos ao longo do primeiro semestre de 2022.

Movido pela preocupação de conhecer melhor as várias formas de atuação em ATHIS e as demandas de cada segmento, o CAU/SP, por meio da CATHIS, lançou uma pesquisa sobre as experiências em Assistência Técnica no Estado, tendo como objetivo valorizar a função social do profissional de Arquitetura e Urbanismo e fomentar a aplicação da Lei Federal 11.888/2008 nas diferentes instâncias de governo.

Qualquer gestor público, profissional de Arquitetura e Urbanismo, professor, estudante ou representante de entidades atuantes na área pode colaborar com esta pesquisa respondendo ao questionário disponível no site: https://www.causp.gov.br/athis/ ■